



# PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Outubro a Dezembro de 2018

Ano 43 – Nº 236

Foto: Thomas Bauer - CPT Bahia

## ROMARIAS 2018: trajetórias em marcha

Pags.: 8 e 9



Foto: Elvis Marques - CPT Nacional



### **FORMAÇÃO CPT:**

*"A terra seca se mudará em vargens e o chão seco se encherá de fontes"*

Pág.: 10

## EDITORIAL

## Faz escuro, mas cantamos!

O cenário político assustador que começou a ser desenhado ainda com o golpe contra a então presidenta Dilma Rousseff se concretizou com a eleição de Jair Bolsonaro. O clima pré e pós-eleitoral já nos trazem um pouco do que serão os próximos quatro anos para os povos do campo, das águas e das florestas, bem como para os historicamente injustiçados nesse país. Assassinatos aumentaram, principalmente contra indígenas, ataques contra órgãos fiscalizadores, em especial do meio ambiente, despejos e ameaças de despejos, ameaças e inúmeras violências acirradas pelo clima de ódio que se instalou nesse contexto.

Nem o bispo e presidente da CPT saiu ileso a isso. Ameaçado por apoiadores do agora eleito presidente, Dom André denunciou na ONU os riscos que as propostas desse novo governo trazem para o Brasil e para o campo brasileiro. Mas como diz Dom Pedro Casaldáliga, “não podemos perder a esperança!”. E em luta e em marcha seguimos, pois faz escuro, mas cantamos! 2018 também nos apresentou com diversas Romarias da Terra e das Águas por todo o Brasil. Símbolo de esperança, fé e resistência do nosso povo, que continua a nos ensinar que é na luta que semeamos a vida. E as sementes não param de brotar! Mais um Encontro da Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão foi realizado, reunindo a diversidade e mostrando que na pluralidade conseguimos unificar a luta, trazendo um novo modelo de resistência.

A esperança está presente também em mais um dia Mundial dos Pobres, instituído pelo Papa Francisco no encerramento do Ano Santo da Misericórdia, em 2016; e também na notícia de que o Papa elevou à categoria de santo da Igreja Católica o arcebispo Dom Oscar Romero, de El Salvador, assassinado no dia 24 de março de 1980. O Encontro Nacional de Formação da CPT trouxe, esse ano, o bem-viver, a agroecologia e os saberes ancestrais e populares de convivência como alternativa para a sociedade. “São nos momentos de escuridão e de dificuldade que Deus se manifesta”, nos lembrou Sandro Gallazzi, reafirmando o profetismo da CPT, que deve ser reavivado diariamente nos tempos sombrios que vivemos.

Depois de 23 anos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) voltou ao Brasil para realizar observação de campo referente à situação dos direitos humanos no país. O grupo visitou vários estados, e teve atenção especial com os conflitos no campo. Grupos contrários à sua presença tentaram impedir reunião da equipe com indígenas no Pará, o que demonstra o quão atrasado o país está na garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, e como os poderosos veem isso como um risco a seus privilégios. Também na tentativa de denunciar ao mundo as injustiças praticadas contra os povos, em específico do Cerrado, agentes da CPT participaram do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, na Suíça, e da 4ª Conferência Triangular dos Povos contra o ProSavana, em Tóquio no Japão. Cada vez é mais necessário dizer ao mundo os projetos desenvolvimentistas que têm sido aplicados no Brasil e na África, em detrimento da vida e autonomia das comunidades rurais e financiados por dinheiro de grandes corporações internacionais.

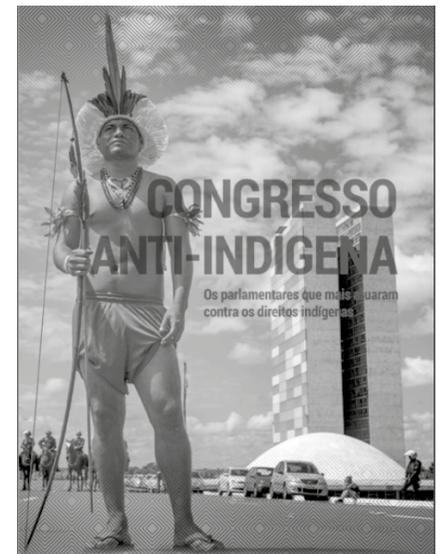
Que sigamos cantando e resistindo. Um feliz Natal e um 2019 de luta!

Boa leitura!



## Congresso Anti-Indígena: Os parlamentares que mais atuaram contra os direitos indígenas

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) lançou no mês de setembro o documento público “Congresso Anti-Indígena: Os parlamentares que mais atuaram contra os direitos indígenas”. A obra reúne levantamento sobre os 50 principais parlamentares com atuação anti-indígena na Câmara Federal e no Senado. A publicação também lista os principais projetos que põem em risco os direitos indígenas e traz artigos analíticos sobre a conjuntura política nacional regida sob influência de setores econômicos, com destaque para o agronegócio. O mapeamento inclui, além das figuras políticas, os principais agentes financiadores dos parlamentares – 40 deputados e 10 senadores.



## Atlas do Agronegócio



Versão brasileira do Atlas publicado na Alemanha em 2017, a Fundação Heinrich Böll lançou, no início de setembro, o Atlas do Agronegócio. Com artigos de autores brasileiros e estrangeiros, a publicação aborda a concentração do setor, e traz temas como agrotóxicos, qualidade do alimento, conflitos no campo, lobby do agronegócio, biofortificação, condições do trabalho, resistência e agroecologia. Além das análises, a obra reúne também dados e informações acerca dos atores mundiais do negócio da alimentação, com enfoque na realidade brasileira.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

**Secretaria Nacional:** Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

**Fone:** (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

[www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br) / [comunicacao@cptnacional.org.br](mailto:comunicacao@cptnacional.org.br)

**Presidente**  
Dom André de Witte

**Vice-presidente**  
Dom José Ionilton

**Coordenadores Nacionais**  
Paulo César Moreira  
Jeane Bellini  
Isolete Wichinieski  
Ruben Siqueira

**Redação**  
Cristiane Passos  
Antônio Canuto  
Elvis Marques (Reg. Prof.: 0003705/GO)  
Mário Manzi (Reg. Prof.: 0005157/GO)  
Rede de comunicadores da CPT

**Jornalista responsável**  
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

**Impressão**  
LSV Produção Gráfica Ltda.

**Diagramação**  
Vivaldo da Silva Souza

**APOIO**

**Brot für die Welt**

CATHOLIC ORGANIZATION FOR  
**Development and Peace**



**MISEREOR**  
IHR HILFSWERK

**ASSINATURAS**

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações [cpt@cptnacional.org.br](mailto:cpt@cptnacional.org.br)  
Tiragem: 3.750 exemplares



## Frei Henri vive! ...e recebe Prêmio Nacional de Direitos Humanos

Foto: Conatrae



No dia 21 de novembro, em meio a uma confusão oportunista de (47!) entidades e pessoas indicadas às pressas por um governo moribundo, o frei Henri des Roziers foi homenageado com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos do Governo Federal.

O Henri não ficou sozinho em duvidosa companhia, numa lista que incluía também a procuradora Déborah Duprat, o senador Randolfe Rodrigues, Ronaldo Fleury, a procuradora Geral da República Raquel Dodge, entre muitas outras autoridades, ao lado de um irrisório número de agentes do movimento social (Mapulu Kamayurá, do Xingu; João W. Nery).

O nome do Henri foi uma indica-

ção da coordenação da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), e serviu para contornar a exclusão da categoria “Combate ao trabalho escravo” na lista oficial das categorias de prêmios publicada pelo Ministério de Direitos Humanos.

Pela CPT e pela Ordem dos Dominicanos, o frei Xavier Passat foi quem recebeu a premiação por Henri, quase na data do aniversário da páscoa do valente frei. O sonho do Henri de descansar em terra brasileira já foi concretizado com a acolhida de suas cinzas no Acampamento do MST que leva seu nome, em Curionópolis, no interior do Pará.

(Por Frei Xavier Passat – edição Assessoria de Comunicação CPT)

## Justiça condena acusado de submeter indígenas Zoé a trabalho escravo no Pará

A Justiça Federal condenou o castanheiro Manoel Ferreira de Oliveira a três anos, um mês e dez dias de prisão e a pagamento de multa por ter submetido os indígenas da etnia Zoé a condições análogas às de escravo. A sentença, divulgada no dia 20 de novembro, acata pedidos do Ministério Público Federal (MPF). Os crimes ocorreram nos anos de 2010 e 2012.

Segundo o MPF, os indígenas

eram levados por um missionário para a região dos Campos Gerais de Óbidos, próximo à Santarém (PA), onde eram convencidos a coletar castanha em troca de panelas, roupas velhas, redes e outras mercadorias industrializadas. O missionário Luiz Carlos Ferreira, que também era réu no caso, foi absolvido por falta de provas.

(Fonte MPF - edição Assessoria de Comunicação CPT)

## Morre aos 78 anos Dona Raimunda, líder quebradeira de coco babaçu do Tocantins

Foto: Thomas Bauer - CPT Bahia

Uma das fundadoras do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), dona Raimunda Gomes da Silva faleceu aos 78 anos de idade na casa onde morava, no povoado de Sete Barracas, localizado a oito quilômetros do município de São Miguel do Tocantins, no dia 07 de novembro.

Desde os anos 1980, a líder comunitária ficou conhecida na luta por valorização às quebradeiras de coco babaçu. Ela chegou a ser indicada ao Prêmio Nobel por sua ação como liderança e, no ano de 2009, recebeu o título de doutora *Honoris Causa* pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Vitimada pela diabetes, que já havia lhe tirado a visão, o corpo de Raimunda Quebradeira, como era chamada, foi levado a Imperatriz (MA) e depois retornou ao povoado onde vivia para o velório e posterior sepultamento. A CPT Araguaia-Tocantins e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)



emitiram nota de pesar lamentando a morte da liderança. “Para o MIQCB, Dona Raimunda estará sempre presente, inspirando outras mulheres a continuar na luta pelo respeito aos seus direitos.”

## Tribunal anula condenação e reduz pena de acusados por Chacina de Unai

Por maioria de votos, a Quarta Turma do Tribunal Regional Federal (TRF-1), sediado em Brasília, decidiu, no dia 19 de novembro, anular o julgamento que condenou o produtor rural Antério Mânica no caso do assassinato de fiscais do Ministério do Trabalho, em 2004, em Unai (MG). Na mesma sessão, a pena de Norberto Mânica, irmão de Antério e réu confesso, foi reduzida para 65 anos. Ele tinha sido condenado a 98 anos.

Na primeira parte da sessão, o colegiado julgou a apelação da defesa de Antério contra a sentença do júri, que o condenou, em 2015, a 100 anos de prisão, sob a acusação de ter sido o mandante do crime, que ficou configurado como homicídio contra três fiscais e um motorista, por motivo torpe e sem possibilidade de defesa das vítimas.



Durante o julgamento, a defesa do fazendeiro reafirmou que Antério Mânica não foi o mandante dos assassinatos. Com base na argumentação, os desembargadores Olindo Menezes e Néviton Guedes votaram pela anulação do resultado do Tribunal do Júri e o retorno do processo para novo julgamento. Já o desembargador Cândido Ribeiro negou o recurso por

entender que não houve qualquer nulidade para justificar a suspensão de sentença de condenação.

### Outros acusados

Em seguida, a Quarta Turma passou a julgar processo de Norberto Mânica, irmão de Antério, que também foi condenado pelo júri. Durante o julgamento, a defesa de Norberto assumiu que ele foi mandante do crime. A confissão foi registrada em cartório. O objetivo da defesa foi tentar diminuir a pena.

Ao julgar o caso, o colegiado reduziu a pena de Norberto Mânica de quase 100 para 65 anos de prisão. As sentenças de Hugo Alves Pimenta e José Alberto de Castro, que intermediaram o crime, foram reduzidas para 31 e 58 anos.

Em 2013, os executores do crime foram condenados pelos homicídios. Rogério Alan Rocha Rios foi condenado a 94 anos de prisão, Erinaldo de Vasconcelos Silva, a 76 anos de reclusão, e William Gomes de Miranda, a 56 anos de prisão.

No dia 28 de janeiro de 2004, três auditores fiscais do trabalho – Erastóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva – e o motorista do Ministério do Trabalho Ailton Pereira de Oliveira foram assassinados durante uma fiscalização rural no município de Unai. Os auditores apuravam uma denúncia relacionada à prática de trabalho análogo a escravidão. Desde então, a data marca o Dia do Auditor Fiscal do Trabalho.

(Por André Richter – Repórter da Agência Brasil | Imagem: José Cruz/Agência Brasil)

## POVOS TRADICIONAIS

# Povo Krikati recebe IX Encontro da TEIA dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão

*Cerca de 500 pessoas estiveram presentes no intercâmbio realizado pela TEIA.*

MÁRIO MANZI\*

Vivido por diversos povos e comunidades tradicionais do Maranhão e de outros Estados, entre os dias 22 e 24 de novembro, o território Krikati recebeu cerca de 500 pessoas para um momento de intercâmbio de experiência de lutas, saberes e resistência durante a realização do IX Encontro da TEIA dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão.

Organizado de forma a permitir a participação horizontal de todos os presentes, a TEIA abriu – uma vez mais – seus espaços e deu voz àquelas e àqueles que têm na luta, por território e bem viver, a singularização das diferenças.

Com processo de organização iniciado, de forma coletiva, no início do mês de outubro deste 2018, as equipes de coordenação do IX Encontro iniciaram de forma objetiva os preparos para esta edição da TEIA. As propostas de discussão foram segmentadas em cinco principais eixos: **Comunicação; Gênero e Poder; Soberania Alimentar e Modos de Produção; Autoproteção e Cuidado; e Organização e Autogestão.**

## A TEIA

O extenso pátio formado pelo primeiro de três grandes círculos de casas do povo Krikati era o ponto central da aldeia São José, território escolhido para o segundo encontro da TEIA deste ano. A aldeia dista pouco mais de 20 quilômetros do município de Montes Altos, ao qual está circunscrita, e 85 quilômetros da cidade de Imperatriz.

O caminho que se lança para o pátio central leva antes ao barracão construído pelos anfitriões para receber parte das atividades do Encontro, como as assembleias e alguns dos atos de manifestação cultural das e dos presentes. Ladeando o barracão, uma construção de cerca de cinco metros quadrados, que dá guarida

Foto: Mário Manzi - CPT Nacional



aos alto falantes e ao microfone utilizados para a comunicação com toda a aldeia.

Em geral, os avisos são feitos na língua Krikati (pertencente à família linguística Jê), mas, por ocasião da TEIA, muitos dos anúncios foram feitos em português. Voltando ao barracão central, uma grande faixa anunciava o Encontro em português e em Krikati, indicando o tema desta edição: *Somos raízes e sementes nos territórios em luta!*

Distribuídas organizadamente pelo barracão, as cadeiras estavam invariavelmente ocupadas por rostos atentos. As falas, de representantes dos movimentos, organizações, povos e comunidades presentes, eram realizadas no espaço ao meio, onde não havia cadeiras. Dado o número expressivo de participantes, um microfone foi utilizado a fim de comunicar a todos cada expressão que era enunciada. Dentre esses representantes, foram chamados os presentes que participavam da TEIA pela primeira vez, para que se apresentassem e expusessem as razões e objetivos de estarem ali.

Os momentos de intercâmbio não se cerceavam à programação acolhida no barracão. Desde o café da manhã à hora de dormir, pequenos grupos, de diferentes comunidades e povos, discutiam suas realidades e trocavam saberes, fossem da luta por território ou mesmo conhecimentos tradicionais.

*“Se é pra ir pra luta, eu vou!”*

*Se é pra tá presente, eu tô!*

*“Pois na vida da gente o que vale é o amor” (Zé Vicente)*

Durante a apresentação de representantes das organizações e movimentos, Maria da Consolação Lucinda, da Revista Nuevamerica, tomou a fala e discorreu sobre o processo de resistência: “a luta é por ideias, por representação, por posicionamento”.

Ronilson Costa, da coordenação regional da CPT-Maranhão, relembrou aos presentes a importância do registro das ocorrências de violência no campo, solicitando que fossem comunicados à CPT relatos desses casos.

Formando a TEIA, integrantes de movimentos sociais, povos e comunidades como Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom); Movimento Interstadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Comunidade Sertaneja Gostoso; Raposa; Quilombo Santa Maria/Codó; Krenyê; Gamela; Krikati; Aldeias; Krepym; Tremembé; Gavião; Canela; Grajaú; Formosa; Amarante; Matões; Parnarama; Bai-

Foto: Mário Manzi - CPT Nacional



xada; Awa; Ka'apor; Pindaré; Brejo; Buritirama; Bom Jesus das Selvas; Vila Bela; Luís Domingues; Marajoaras; Comunidades de Pescadores; Sertanejos de Balsas e caravanas de São Luís e do Tocantins.

Somando à diversidade de falas,

estiveram presentes representantes de organizações como Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Justiça nos Trilhos; Cáritas Brasil; Cooperaxion; Núcleo de Estudos e Pesquisa em Questões Agrárias (NERA) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Sintraf – Codó); Associação dos Catadores de materiais recicláveis de Imperatriz (Ascamari); Coordenação Nacional de Lutas (CSP Conlutas), além das já citadas, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Revista Nuevamerica/Novamerica.

## DECISÕES

As discussões plenárias iniciaram debates acerca do próximo Encontro da TEIA. Foi decidido, por fim, que os encontros passarão a ocorrer uma vez por ano, e não mais duas vezes. Para a próxima edição, foi decidido que um território pesqueiro será escolhido para sediar o encontro.

## ANFITRIÕES

Além da Aldeia São José, outras seis aldeias compõem o território Krikati. Uma das lideranças mulheres, Edilena Krikati esclarece que cerca de 1.200 pessoas vivem na localidade. Há duas escolas no território, de ensino fundamental e média. Ainda segundo ela, a maioria dos professores é de origem Krikati.

Edilena explica também um pouco do histórico de reconhecimento do território, que foi demarcado no ano de 1997 e homologado no ano de 2005. Atualmente há um processo de desintrusão em curso, com o objetivo de retirar da área as pessoas não-indígenas.

*\*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

## ARTIGO

# Dia Mundial dos Pobres

ANTÔNIO CANUTO\*

No encerramento do Ano Santo da Misericórdia, em 2016, o Papa Francisco instituiu o Dia Mundial dos Pobres, a ser celebrado por toda a Igreja, todos os anos, no 33º domingo do Tempo Comum, ou seja, no segundo domingo antes de se iniciar o Advento. O primeiro dia Mundial dos Pobres foi celebrado em 2017, no dia 19 de novembro. O segundo foi celebrado neste ano, no domingo, dia 18 de novembro. O tema deste segundo dia Mundial dos Pobres, escolhido pelo Papa Francisco, foi: **Este pobre grita e o Senhor o escuta**, tomado do versículo 7 do salmo 34.

Na mensagem que o Papa dirigiu para este dia, ele lembrou que segundo o salmo “o Senhor escuta os pobres que cla-

*mam por Ele e é bom para quantos, de coração dilacerado pela tristeza, a solidão e a exclusão, n’Ele procuram refúgio. Escuta todos os que são espezinhados na sua dignidade e, apesar disso, têm a força de levantar o olhar para o Alto a fim de receber luz e conforto. Escuta os que se veem perseguidos em nome duma falsa justiça, oprimidos por políticas indignas deste nome e intimidados pela violência; e, contudo, sabem que têm em Deus o seu Salvador*”. O Papa destaca que o salmo “*caracteriza a atitude do pobre e a sua relação com Deus, por meio de três verbos.*

O primeiro: «**gritar**». “*A condição de pobreza não se esgota numa palavra, mas torna-se um brado que atravessa os céus e chega a Deus*”. O grito espera que alguém o escute. O papa diz: “*Se nós falarmos demasiado, não conseguiremos escutá-*

*-los*”. E acrescenta: “*Muitas vezes, temo que tantas iniciativas, apesar de meritórias e necessárias, visem mais comprazer-nos a nós mesmos do que acolher verdadeiramente o clamor do pobre*”.

Um segundo verbo é «**responder**». “*O Salmista diz que o Senhor não só escuta o clamor do pobre, mas também responde. A sua resposta – como atesta toda a história da salvação – é uma intervenção cheia de amor na condição do pobre... O Dia Mundial dos Pobres pretende ser uma pequena resposta, dirigida pela Igreja inteira dispersa por todo o mundo, aos pobres de todo o gênero e de todo o lugar... A solicitude dos crentes não pode limitar-se a uma forma de assistência – embora necessária e providencial num primeiro momento –, mas requer aquela ‘atenção amiga’ que aprecia o outro como pessoa e procura o seu bem*”.

O terceiro verbo é «**libertar**». “*O pobre da Bíblia vive com a certeza de que Deus intervém em seu favor para lhe devolver dignidade. A pobreza não é procurada, mas criada pelo egoísmo, a soberba, a avidez e a injustiça*”.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, através da Cáritas Brasileira, da Campanha da Fraternidade e das Comissões Episcopais para o Laicato e para a Ação Social Transformadora e o Conselho Nacional do Laicato do Brasil, resolveu estender este dia para uma Semana de Solidariedade – Uma Jornada Mundial dos Pobres.

Cabe a cada comunidade, a cada um e cada uma dos cristãos e cristãs, engajar-se efetivamente nesta Jornada, para “*tornar palpável a resposta da Igreja ao grito dos pobres*”.

## O SANTO ROMERO

### Dom Oscar Ranulfo Romero, santo

No dia 14 de outubro, o Papa Francisco elevou à categoria de santo da Igreja Católica o arcebispo Dom Oscar Ranulfo Romero, de El Salvador, assassinado no dia 24 de março de 1980, em meio aos doentes de câncer e enfermeiros, enquanto celebrava uma missa na capela do Hospital da Divina Providência, na capital de El Salvador.

Para o povo de El Salvador, a canonização simplesmente confirmou o que todos já haviam declarado. Dom Oscar Romero sempre foi um santo. Poucos dias depois de seu martírio, o bispo Pedro Casaldáliga também o proclamava santo num poema intitulado São Romero de América:

*O anjo do Senhor anunciou na véspera  
e o verbo se fez morte, outra vez, em tua  
morte.*

*Como se faz morte, cada dia, na carne  
desnuda de teu Povo.*

*E se fez vida Nova*

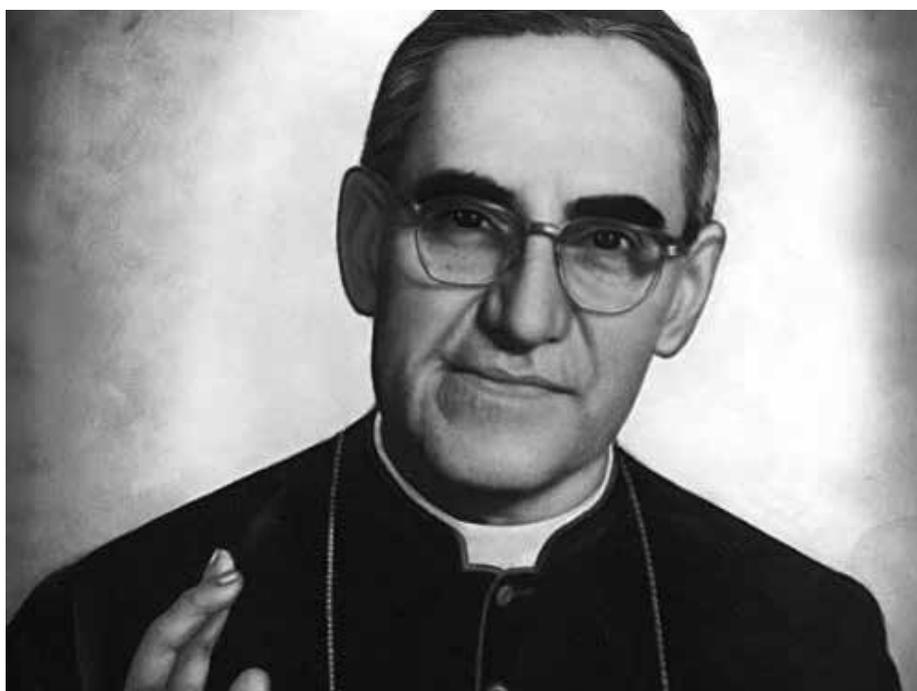
*Em nossa velha Igreja!*

*Estamos outra vez em pé de Testemunho,  
São Romero de América, pastor e mártir  
nosso!*

*Romero de uma Paz quase impossível, nesta  
Terra em guerra.*

*E Pedro também denunciava o conluio  
governo e igreja:*

*Pobre pastor glorioso,  
assassinado a soldo,  
a dólar  
a divisa.*



*Como Jesus, por ordem de Império.  
Pobre pastor glorioso,  
abandonado  
por teus próprios irmãos de Báculo e de  
Mesa.*

*(As Cúrias não podiam entender-te:  
Nenhuma Sinagoga bem montada pode  
entender a Cristo).*

Por isso o processo de reconhecimento de sua santidade foi sendo protelado ao máximo, como se pode ver na Carta

*perseguidor e assassino; e é natural que lhe doa; que doa à certa Igreja... também é natural, tristemente natural”.*

O próprio Papa Francisco, no dia 30 de outubro de 2016, falou a peregrinos salvadorenhos:

“*Gostaria de acrescentar algo. O martírio de Dom Romero não ocorreu apenas no momento da sua morte. Foi um martírio-testemunho, sofrimento anterior, perseguição anterior, até a sua morte. Mas também foi posterior, porque, uma vez morto – eu era sacerdote jovem e fui testemunha disso –, ele foi difamado, caluniado, sujado, ou seja, o seu martírio continuou inclusive por parte dos seus irmãos no sacerdócio e no episcopado. Não falo por ter ouvido dizer. Eu escutei essas coisas. Ou seja, é lindo vê-lo também assim, um homem que continua sendo mártir. Depois de ter dado a sua vida, continuou dando-a, deixando-se açoitar por todas essas incompreensões e calúnias. Isso dá força, só Deus sabe, só Deus sabe as histórias das pessoas, e quantas vezes pessoas que já deram sua vida ou morreram continuam sendo apedrejadas com a pedra mais dura que existe no mundo: a língua*”.

Como escreveu Pedro, aos 30 anos do seu martírio, em 24 de março de 2010: “*Nossa coerência será a melhor canonização de ‘São Romero da América, Pastor e Mártir’*”.

\*Colaborador do Setor de Comunicação da CPT Nacional.

## ANÁLISE INTERNACIONAL DO BRASIL

# Observação preliminar da CIDH demonstra grande preocupação com os direitos humanos no Brasil

*Documento cobra do Estado brasileiro que trate causas estruturais relacionadas à luta pela reforma agrária e aos conflitos agrários.*

**MÁRIO MANZI\***

Entre os dias 5 e 12 de novembro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) realizou observação de campo referente à situação dos direitos humanos no Brasil. Decorrente de convite do Governo Federal, efetivado no início do ano de 2018, a comitiva visitou os estados da Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Roraima, São Paulo e o Distrito Federal.

A última passagem da Comissão pelo Brasil ocorreu no ano de 1995, ou seja, há 23 anos, e teve como pontos de parada, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Pará, Roraima e Distrito Federal.

Resultado da visita, a CIDH divulgou no dia 12, um documento contendo observações preliminares que devem reger relatório final acerca daquilo que foi constatado ou relatado à Comissão durante os referidos dias. Divididos em quatro equipes, os membros da Comissão abordaram os seguintes eixos: discriminação, desigualdade, pobreza, institucionalidade democrática e políticas públicas em direitos humanos.

## Ataque

Em comunicado à Imprensa, sobre a visita ao Brasil, a CIDH, no texto em Espanhol, registrou publicamente que foi objeto de assédio durante visita à aldeia Açaizal, no território Munduruku do Planalto, Santarém-PA. No episódio em questão, sojeiros intimidaram a equipe da CIDH e tentaram impossibilitar que ocorresse reunião da Comissão com o povo indígena. À ocasião, os sojeiros agiram no sentido de expulsar a CIDH da localidade. Frente ao ocorrido, CPT e Cimi divulgaram texto em repúdio aos sojeiros. O Ministério Público do Estado do Pará tam-

bém divulgou nota repudiando a ação. Organizações como Global Witness e Amazon Watch também demonstraram desaprovação ao ocorrido.

## Avaliação

Em coletiva de Imprensa realizada no dia 12, no Rio de Janeiro, o alto comissariado atendeu veículos de comunicação e representantes da cidade civil. No mesmo dia também foi divulgado o documento Observações preliminares da visita in loco da CIDH ao Brasil. Em um dos trechos do texto, a Comissão avalia que desde a última visita, de 1995, “houve avanços significativos no fortalecimento das instituições democráticas e dos direitos humanos no país, que serviram para abordar e avançar alguns dos desafios que a CIDH havia identificado anteriormente por meio de seu monitoramento e verificado durante a visita de 1995”.



Foto: Mário Manzi - CPT Nacional

Apesar do referido avanço, a Comissão demonstrou preocupação com o que foi observado neste ano de 2018 “através do monitoramento realizado continuamente após sua visita e, neste momento, a CIDH observou com grande preocupação a adoção de uma série



Foto: Mário Manzi - CPT Nacional

de medidas que tendem à redução de políticas, leis e instituições responsáveis pela garantia dos direitos humanos no país. Uma série de anúncios se somam a essas medidas com relação a projetos de lei e outras iniciativas públicas que poderiam enfraquecer conquistas e as instituições fundamentais para garantir os direitos humanos”.

Utilizando como base os dados da Comissão Pastoral da Terra, a CIDH manifestou profunda preocupação com o elevado número de casos de violência no campo. O apontamento ocorreu junto a uma cobrança direcionada ao governo federal para que tome medidas imediatas e urgentes a fim de “garantir o direito à vida, à integridade e à segurança dos defensores do direito à terra e ao meio ambiente no Brasil, com especial ênfase política e orçamentária para a implementação do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos”.

Durante a visita foram coletados relatos sobre despejos forçados, massacres (como de Pau D’Arco) e demais atos de violência contra camponesas e camponeses, indígenas e quilombolas. Em seguida a essa colocação, consta no relatório cobrança específica ao Estado brasileiro para que

trate as causas estruturais relacionadas à luta pela reforma agrária e aos conflitos agrários.

## Recado

Durante audiência pública mediada pela CPT na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), em Marabá, a equipe do comissário Francisco Eguiguren justificou o hiato decorrido desde a última visita da CIDH ao Brasil. “Entendemos que fo-

ram 25 anos desde a última visita, o que não significa que a Comissão não tenha feito um monitoramento regular da situação de direitos humanos no Brasil. Recebemos também medidas cautelares, quando há violações muito grandes de direitos humanos. Além disso, tivemos, nos últimos anos, visitas de outros relatores com agendas temáticas, que vieram ao país e colheram informações”.

A requisição da presença da Comissão também foi indicada como um dos pontos relevantes que justificaram todo o prazo desde a passagem anterior pelo país. “A primeira coisa que é necessária para acontecer essa visita, é que o Estado precisa convidar a CIDH para vir. A CIDH observa outros 35 países na região”.

O contexto político que se avizinha também foi abordado durante a fala de forma indireta. A equipe ressaltou aos presentes, que a CIDH deve continuar atenta aos flagrantes casos de desrespeito aos direitos humanos “Tem um sentido de estarmos aqui hoje. Vocês conseguem compreender qual é o sentido. Tenham certeza que estamos com vocês aqui ou estamos com vocês de Washington. Continuaremos fazendo o monitoramento, mas conversar pessoalmente, essa é uma oportunidade que a gente tem agora”.

\*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

## PERÍODO ELEITORAL E VIOLÊNCIA NO CAMPO

# Aumento dos assassinatos no campo e ataques contra órgãos fiscalizadores de crimes ambientais marcam período pré e pós-eleitoral

*Os meses de outubro e novembro foram marcados por uma nova escalada da violência contra os povos do campo, em especial contra os indígenas. Em três dias de outubro, três pessoas foram assassinadas. Uma liderança camponesa e dois indígenas. Já em novembro, um indígena ficou paraplégico em decorrência do tiro que levou e um Pataxó foi assassinado na Bahia. Dados parciais da CPT, apontam 22 assassinatos em conflitos no campo em 2018. Na região Norte do país, as equipes do Ibama e do ICMBio sofreram ataques ainda no intervalo entre o primeiro e o segundo turno eleitoral, durante operações de combate ao desmatamento ilegal nos estados de Rondônia e Pará.*

CRISTIANE PASSOS\*

No dia 19 de outubro, uma equipe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) foi impedida de entrar na floresta Nacional Itaituba 2, quando a única ponte que dava acesso ao local foi incendiada por moradores de Bela Vista do Caracol. Parte da população local vive da extração ilegal de madeira e palmito. Segundo o ICMBio, também foram bloqueados outros dois acessos à mata e tiros foram disparados para o alto, na tentativa de intimidar os agentes ambientais. “No que depender de nós, vamos agir. Onde eles entrarem, nós vamos queimar ponte, vamos fazer coisas para eles sempre sofrerem”, disse um morador em uma gravação. Os fiscais do Instituto precisaram pedir reforço da Polícia Militar para deixar a floresta. Eles aplicaram 11 multas por desmatamento ilegal e apreenderam caminhões, tratores e motosserras.

Já no dia 20, três carros do Ibama foram incendiados na cidade de Buritis, em Rondônia, quando as equipes se preparavam para sair para mais uma operação. Um suspeito foi preso. Em julho do ano passado, oito carros do Instituto foram queimados na cidade de Altamira, sudoeste do Pará, e três meses depois, as sedes do Ibama e do ICMBio, em Humaitá, sul do Amazonas, foram incendiadas. Tudo isso após uma operação de combate ao garimpo ilegal no rio Madeira. Essa sucessão de ataques se concentrou no chamado arco do desmatamento, que começa no norte de Rondônia, passa pelo sul do Amazonas e segue até o oeste do Pará. A região é área de cobiça de garimpeiros, madeireiros e grileiros, por ser uma das áreas mais ricas em biodiversidade na Amazônia.



Foto: Thomas Bauer - CPT Bahia

## Nova escalada de violência no campo

No dia 11 de outubro, o líder sindical Aluísio Sampaio, conhecido como Alenquer, foi assassinado em sua casa, em Castelo dos Sonhos, município de Altamira, sudoeste paraense. Sua casa, localizada ao lado da BR-163, também funcionava como sede do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Sintraf), do qual era presidente. Dois suspeitos foram detidos por roubo de terras e pelo assassinato, de acordo com a polícia civil de Itaituba (PA). São eles Júlio Cesar Dal Magro, conhecido como Júlio da Guara, proprietário da empresa Guara Agro-serviços, em Novo Progresso (PA), que seria o homem que supostamente estaria por trás do assassinato, e João Paulo Ferrari, motorista dos supostos assassinos.

As polícias civil e militar realizaram, ainda, uma operação conjunta, deslocando-se até uma fazenda, para prender Marcio Siqueira e seu irmão Vando Siqueira, que estariam também envolvidos no crime, mas foram recebidos a balas. O primeiro foi baleado e morreu no local, o segundo conseguiu fugir mata adentro. A polícia emitiu mais dois mandados de

prisão para membros de uma gangue criminosa que, de acordo com a polícia, “invadiu terras e matou pessoas de bem”. A investigação do assassinato está em andamento.

No dia 10 de outubro, na sede da Funai em Colniza, Mato Grosso, que foi palco de um grande massacre ano passado, que vitimou 9 trabalhadores, um indígena foi morto após um tiroteio. A suspeita é que Erivelton Tenharim tenha sido vítima de um atentado arquitetado por madeireiros, de acordo com denúncia divulgada em Nota da Associação do Povo Indígena Tenharim do Igarapé Preto. Já em Amarante, no Maranhão, no dia 12 de outubro, Davi Mulato Gavião foi assassinado com cinco tiros enquanto dormia na praça do mercado, no centro de Amarante, distante três quilômetros de sua aldeia. Relatos dão conta de que dois homens em uma moto pararam próximo a Davi, um deles desceu e efetuou os disparos. A comunidade de Davi também luta contra a ação de madeireiros no território indígena. A CPT ainda aguarda mais informações sobre esse caso para poder identificá-lo como assassinato relacionado a conflito de terra ou como um assassinato motivado por ódio e racismo, o que infelizmente tem se tornado comum na nossa sociedade.

Um atentado a tiros, no dia 6 de novembro, contra o jovem Donecildo Agueiro, de 21 anos, o deixou paraplégico. O indígena Avá-Guarani passou por uma cirurgia para descompressão da medula, no dia 14, mas, por recomendação médica e para não correr o risco de ficar tetraplégico, a bala não foi retirada.

Segundo Donecildo, um carro com carroceria da Volkswagen, na cor prata, teria sido usado para praticar o atentado. Como os tiros foram disparados pelas

costas do indígena, nenhum rosto pode ser reconhecido. O atentado ocorreu após o Avá-Guarani sair de reunião da Coordenação Técnica Regional da Funai, que tratava dos processos de licenciamento de duas linhas de transmissão que passam em Guaíra, com estudos ambientais iniciados. No dia seguinte ao atentado, o desembargador federal Candido Alfredo Leal Junior, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), concedeu uma liminar à Federação Agrícola do Estado do Paraná (Faep) para suspender, por 90 dias, o processo de demarcação de terras dos indígenas Avá-Guarani nos municípios de Terra Roxa e Guaíra, no Oeste do estado.

Ainda no dia 6, quase no outro extremo do país, o líder indígena Reinaldo Silva Pataxó, de 40 anos, foi assassinado a tiros na aldeia Catarina Caramuru Paraguassú, em Pau Brasil (BA). Ele já havia sido vereador no município e concorreu novamente em 2016, mas não foi eleito. Segundo jornal local, a polícia ainda não tem informações sobre a motivação do crime, mas a principal suspeita é que esteja relacionado a disputa de terras na região. Também no mesmo dia, no Mato Grosso do Sul, outros três ataques foram registrados. Em Dourados, 15 indígenas foram feridos em um ataque de balas de borracha a um acampamento ao lado de uma aldeia Bororo. Outros dois casos de ameaça foram denunciados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) no estado. Cerca de 40 caminhonetes fizeram uma carreta a uma retomada indígena em Caarapó, enquanto em Miranda, no Pantanal sul-mato-grossense, fazendeiros soltaram fogos de artifício e realizaram disparos de armas de fogo em direção a um assentamento.

# Trajetoórias em marcha: Romarias relembram mártires e ins

*Caráter simbólico das Romarias tem, invariavelmente, trajetórias que percorrem pontos expressivos à localidade onde ocorrem, perpassando por lugares marcados por conquistas de terra, conflitos ou outros acontecimentos de relevância para os povos e comunidades.*

MÁRIO MANZI\*

As peregrinações conduzidas pelas Romarias da Terra e da Água, realizadas pela CPT, abundam as mais diversas localidades do Brasil. Iniciadas na Bahia e no Rio Grande do Sul, há 41 anos, as manifestações tomaram o país e desde então fortalecem a fé e a caminhada coletiva do povo nos enfrentamentos e lutas.

O caráter ecumênico acolhe expressões, ritos e simbologias de outras religiões às Romarias, que buscam, para além do valoramento religioso, propor e promover transformações sociais por meio de pautas que se relacionam a questões como meio ambiente, luta por terra, bem viver e resistências além de, em muitos casos, relembrar e manter viva a história de mártires e importantes figuras para cada movimento, povo ou comunidade de que se envolve com as romarias.

Acompanhe uma breve exposição sobre as Romarias da Terra e das Águas de 2018 dividida por Estados.

## Acre

VIII Romaria da Terra e das Águas reuniu, no dia 03 de junho, seis mil romeiras e romeiros em Sena Madureira (AC), município localizado a 145 quilômetros da capital Rio Branco. A caminhada teve como objetivo denunciar as violências sofridas pelos povos da terra, das águas e das florestas. Sob o tema “Povo de Deus, família que cultiva e cuida da Casa Comum” e o lema “Eu te propus a vida e a morte, a bênção e a maldição. Escolheste, pois a vida para que vivas tu e a tua descendência” (DT. 30,19), a Romaria foi parte da progra-

mação do segundo ano rumo ao Centenário da Diocese de Rio Branco em 2020.

## Alagoas

Realizada às margens da Lagoa Mundaú, a 31ª Romaria da Terra e das Águas em Maceió, congregou milhares de pessoas nos dias 22 e 23 de setembro. Tendo como tema “Lagoa Mundaú fonte de vida: trabalho e alimento!”, a Romaria dirigiu olhos fraternos e solidários ao contexto da Lagoa, que está poluída e assoreada e é região onde residem cerca de 10 mil pessoas que sobrevivem com menos de R\$ 250 mensais, conforme dados técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Sedet).

## Bahia

A 41ª Romaria da Terra e das Águas de Bom Jesus da Lapa, umas das peregrinações pioneiras entre as Romarias, ocorreu entre os dias 6 e 8 de julho e teve como tema “Justiça e Paz na terra! Compromisso e fidelidade em defesa da vida”, e como lema “Se calarem a voz do povo, as fontes secarão”.

Em umas das atividades, os Plenarinhos - espaços de formação social e política -, houve um momento de denún-

cia do desaparecimento de Eduardo Pereira dos Santos, uma das lideranças do Quilombo Rio das Rãs e integrante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Bom Jesus da Lapa, que foi, posteriormente, encontrado morto. As atividades foram encerradas na Grande Plenária, que listou encaminhamentos dos compromissos assumidos em todos os Plenarinhos. Uma das pautas levantadas pela romaria foi de intensificar a luta pela água por meio de articulação popular do São Francisco Vivo e com apoio da Igreja.

A 8ª Romaria em Defesa da Vida, ocorrida no dia 20 de maio, foi realizada no município de Campo Alegre de Lourdes (BA). Com o tema “Superação da Violência: direito e dever de cada pessoa”, a Romaria teve como um de seus objetivos alertar a população sobre ações humanas que trazem prejuízos ou reduzem o tempo de vida das pessoas e dos bens naturais, “a exemplo dos impactos causados pela mineração, e a necessidade do cuidado com a Casa Comum”. Um dos destaques deste ano foi a discussão acerca da violência no campo.

Na cidade de Capim Grosso a 39ª Missão da Terra teve como tema “Terra e Água, Fontes de Paz e de Bem Viver” e lema “O fruto da justiça será a paz” (Isaias 32, 17), no dia 16 de setembro. Promovida pela Diocese de Bonfim e pela CPT, a Romaria convidou os presentes a ecoarem “grito do povo do campo e da cidade na luta pela construção de uma sociedade justa e fraterna”. A 39ª Missão da Terra reuniu e acolheu romeiras e romeiros na comunidade de Água Nova, situada a dois quilômetros da cidade de Capim Grosso.

A cidade de Jaborandi,

Foto: Renata Garcia - Instituto Ezequiel Ramin



localizada no oeste baiano, recebeu entre os dias 2 e 11 de setembro a 5ª Semana e Romaria do Cerrado. Com o tema “Dialogando sobre o Cerrado”, foram debatidos os principais problemas e impactos vividos no Cerrado brasileiro, 2º maior bioma do país. A Romaria produziu também uma Carta Final, na qual enuncia os problemas da região relacionados ao processo exploratório do Cerrado. Ao fim, a Carta indica: “Neste dia 11 de setembro de 2018, Dia Nacional do Cerrado, estamos desde às margens do Rio Formoso às ruas de Jaborandi, para reafirmar o nosso compromisso com a vida do Cerrado e do seu povo, pois a vocação dos Gerais é a produção de água, por isso ‘Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida’”.

## Mato Grosso

Realizada no dia 18 de março, em Rondonópolis, a 27ª Romaria dos Mártires reuniu milhares de pessoas e lembrou as lideranças que deram as próprias vidas em nome da justiça e da superação da violência. Por efeito do tema da romaria “Mártires – compromisso e vida doada” e do lema, “Cristãos leigos e leigas, sujeitos eclesiais numa Igreja em saída”, romeiras e romeiros saíram às ruas desde a Praça da Saudade, no bairro Centro, com carro de som entoando palavras de reflexão e cantos. No trajeto houve também um grito simbólico contra a violência que atinge todo o país.

Foto: Elvis Marques - CPT Nacional



ARIAS

# Romarias da Terra e das Águas inspiram luta por bem viver

Também em Rondonópolis, a 3ª Romaria do Cerrado teve como tema “Dos troncos retorcidos surge a esperança”. Realizada no dia 16 de setembro, cinco dias após do Dia Nacional do Cerrado, a Romaria alertou para a degradação das nascentes da região, vez que, conforme estimativa da CPT, apenas no município de Rondonópolis há entre 800 e mil nascentes de rios. As romeiras e os romeiros foram acolhidos no Assentamento Olga Benário e na Comunidade Bananal, que se localizam a aproximadamente 60 quilômetros da cidade de Rondonópolis, região sudeste mato-grossense e que possui cerca de 228 mil habitantes.

Os dias 1º e 2 de maio foram de romaria na cidade de Cuiabá. Cerca de 500 pessoas, de trinta cidades do Mato Grosso, estiveram reunidas sob o tema “Direitos humanos não se pede de joelhos, exige-se de pé!”, para celebrar a primeira Romaria da Terra e das Águas e a 29ª Romaria dos Trabalhadores e Trabalhadoras. Uma série de atividades foram realizadas unindo trabalhadores do campo e da cidade mobilizados em marcha, por cinco quilômetros, pelas ruas da capital mato-grossense. Em Carta Aberta ao povo matogrossense, a Romaria manifestou, em um dos trechos “Os romeiros e romeiras em caminhada, fiel ao Deus da vida e da justiça, celebram os proféticos 90 anos de Dom Pedro Casaldáliga e afirmam junto com ele que ‘nossas causas valem mais do que nossas vidas’. Convocamos a classe trabalhadora, povos da cidade, dos campos, das águas e das florestas para continuarmos em luta, exigindo nossos direitos de pé. Somente organizados e em luta é que conquistaremos nossos direitos”.

## Minas Gerais

No dia 30 de setembro, o município de Capitão Enéas recebeu a primeira edição da Romaria do Cerrado e da Catinga, cujo tema escolhido foi “A Terra não é propriedade privada de ninguém”. A semana que antecedeu a Romaria foi intitulada de Semana Verde dadas as atividades que marcaram os dias de preparação para a Romaria, que ocorreu no

mês em que é comemorado o Dia Nacional do Cerrado.

## Pará

Realizada entre os dias 19 e 22 de julho em Anapu, a 13ª Romaria da Floresta reuniu cerca de 300 pessoas e teve como tema “Na luta pelos direitos, os trabalhadores de Anapu nunca mataram, mas muitos já foram mortos”. Em defesa da floresta e dos recursos naturais devastados pelos latifundiários e empresários locais, a romaria lembrou a morte de Dorothy Stang, e teve como bandeira a luta pela liberdade de Padre Amaro Lopes, que havia sido preso no dia 27 de março e sofre um processo de criminalização.



Foto: Thomas Bauer - CPT Bahia

## Paraná

No dia 19 de agosto, em Barbosa Ferraz, foi realizada a 31ª Romaria do Paraná. Celebrando o “Deus acampado entre nós”, a romaria teve como lema “Com direito, justiça e paz, supera-se a violência no campo”. À comunidade, foi dirigido o chamado “Para juntos celebrarmos nossa esperança de que a prática da justiça, resultará em tranquilidade e segurança duradoura em todos os acampamentos”.

## Pernambuco

Camponesas e camponeses reuniram-se em frente à Escola de Catolé, na estrada de Tupaóca, no município de Aliança, em Pernambuco, para participar

da Romaria da Terra e dos Mártires, no dia 4 de novembro. Ao todo foram percorridos 10 quilômetros. A data da Romaria foi escolhida em homenagem ao trabalhador rural, Luís Carlos da Silva, assassinado no dia 04 de novembro de 1998, enquanto participava de uma manifestação grevista pacífica, no município de Goiana, zona da mata de Pernambuco. Na ocasião da morte de Luís Carlos, outros 13 trabalhadores rurais canavieiros foram atingidos por tiros.

## Piauí

Realizada no município de Paulistana, nos dias 14 e 15 de julho, a 14ª Romaria da Terra e da Água no Piauí trouxe como tema “Defender a Natureza e o direito dos pobres”. A iniciativa teve como finalidade ressaltar o clamor popular “por vida digna e lutar pela conservação da terra e da água como dons de Deus, essenciais à vida de todos”.

## Rio Grande do Sul

Com o tema “Mulheres Terra: resistência, cuidado e diversidade”, a 41ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul, considerada como uma das pioneiras entre as Romarias, foi realizada no dia 13 de fevereiro, no município de Mampituba, e teve como proposta promover o debate de questões relacionadas aos direitos fundiários, o empoderamento feminino, as reivindicações da população e fortalecer o diálogo entre lideranças e comunidade.

## Rondônia

No município de Rondolândia foram realizadas a XI Romaria da Terra e das Águas de Rondônia e III Romaria do Padre Ezequiel Ramin no dia 22 de julho. Cerca de quatro mil pessoas se reuniram sob o tema “Com os Pobres pela Terra, Água, Justiça e Paz” e o lema: “Vocês são Estrelas de Esperança”, no local onde Padre Ezequiel Ramin foi morto no ano de 1985.

## São Paulo

Realizada no dia 22 de julho, a 19ª Romaria da Terra e das Águas do Estado de São Paulo foi sediada no Assentamento 12 de Outubro, cidade de Mogi Mirim-SP. A romaria reuniu entre 400 e 500 pessoas, que caminharam por um percurso de 5 quilômetros. Para esta edição o tema escolhido foi “Terra, Trabalho e Direitos”. Entre os pontos ressaltados pela pauta da 19ª Romaria da Terra e das Águas do Estado de São Paulo, constava o estado de precarização que se mantém no Assentamento 12 de Outubro.

Neste 2018, também são lembrados os 80 anos do Massacre de Pau de Colher, na Bahia, que vitimou cerca de mil pessoas, no ano de 1938.

A 16ª Romaria de Pau de Colher, realizada no município de Casa Nova (BA), no dia 13 de dezembro, dia de Santa Luzia, relembrou os 80 anos do massacre que vitimou cerca de mil camponesas e camponeses, em janeiro do ano de 1938.

A Romaria, realizada desde 2003, teve o objetivo de manter viva a memória do arraial que chegou a reunir cerca de 4 mil habitantes, antes da destruição provocada pelo massacre, promovido pela Ditadura Vargas. O tema escolhido para esta edição “80 anos: Memória e Resistência” abordou momentos de reflexão, celebração eucarística e apresentações culturais.

Considerado como um movimento camponês religioso, Pau de Colher viu sua população crescer entre os anos de 1934 e 1937 por conta da figura de José Senhorinho, líder religioso local. As disputas pela liderança da região culminaram na ação do Estado que, fazendo uso de metralhadora, promoveu a morte dos camponeses de Pau de Colher.

## ENCONTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO

# “Teia dos Povos: Sementes de Bem Viver” é tema de Encontro Nacional de Formação da CPT

Com o lema “A terra seca se mudará em vargens e o chão seco se encherá de fontes” (Isaias 35,7), o encontro reuniu cerca de 50 agentes de pastoral de todas as regiões brasileiras.

ELVIS MARQUES\*

Realizado anualmente pela CPT, o Encontro Nacional de Formação deste ano, ocorrido entre os dias 17 e 20 de outubro no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO), teve como objetivo aprofundar os princípios do Bem Viver com experiências a partir da Água, com o caso de Correntina (BA); da Organização dos Povos e Comunidades, com foco na TEIA dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão; e sobre a Agroecologia, com os casos do Pólo de Borborema (PB) e da Amazônia.

A experiência a partir da Água foi apresentada por Adalgiza Maria, conhecida como Nena, agente de saúde há 22 anos e moradora da Comunidade de São Manoel, de Correntina. De início ela falou sobre a diversidade do Cerrado na região onde vive: muitos frutos, árvores, e um lugar banhado por cerca de 10 rios, como o Arrojado e o Corrente. “Mas alguns já estão agonizando”, disse ela que, por residir nessa região há anos, tem observado várias problemáticas.

“Desde os anos 1980 os Gerais [Cerrado] vêm sofrendo com a invasão de empresas e pelo monocultivo do eucalipto. E desde essa época sentimos a diminuição das nossas águas”, ressaltou Nena, que também lembrou da grande mobilização em Correntina, que completou um ano em novembro, quando milhares de pessoas saíram às ruas do município em defesa das águas e dos territórios das comunidades do Cerrado, e em apoio aos manifestantes que, dias antes, realizaram um ato de protesto contra o uso abusivo das águas em duas fazendas no distrito de Rosário.

## TEIA

Quilombola da comunidade Muçambo, quebradeira de coco, e integrante do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Roseilde Gregório, conhecida como Rosa, foi convidada para falar sobre a TEIA dos Povos e Comunidades Tradicionais do Ma-

ranhão, que surgiu em 2011 durante uma ação de ocupação do Incra no estado.

“Por um grande período, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, sertanejos, entre outros povos estiveram separados fazendo lutas individuais. Hoje, toda a luta dos povos passa a ser da TEIA. Se os índios Gamellas estão precisando, nós vamos lá e ajudamos. A luta não é apenas daquele povo que está precisando”, contextualizou Rosa.

Esse espaço de articulação e de apoio aos povos tem se proposto a enfrentar problemas estruturais presentes na sociedade, como a questão de gênero e o machismo. “**Não existem territórios livres com corpos presos. Como vamos tecer o Bem Viver se discriminamos ou reprimimos as outras pessoas?**”, afirmou.

## Agroecologia

No segundo dia de encontro, Maria do Céu, Vanúbia Martins e Luciomar Monteiro foram os/as responsáveis por apresentar os princípios do Bem Viver, a partir da Agroecologia com as experiências do Pólo de Borborema (PB) e a Agroecologia na Amazônia.

Trabalhadora rural e sindicalista, Maria contextualizou que o Pólo de Borborema começou a ser estruturado a partir de necessidades das comunidades por água e sementes. Hoje, suas ações são inúmeras, e vão desde a valorização do conhecimento das crianças até a Marcha pela Vida das Mulheres. Mas o Pólo surge a partir de um diagnóstico minucioso “de observar, entender e reconhecer o espaço onde estamos”, ressaltou Maria.

**“Agroecologia é muito mais do que modelo de produção, é um modo de vida, de se relacionar com a água, com o alimento, com a semente, e com a vida”** – Vanúbia Martins

Há 40 anos no estado de Rondônia, Luciomar Monteiro, agente de pastoral, acredita que ainda é necessário muito tempo para conhecer a fundo as especificidades do bioma amazônico. Ele destacou que a agroecologia é realizada diferentemente a depender dos biomas, povos



e regiões. “A agroecologia nesse bioma [Amazônia] foi construída nos sistemas florestais, pois é um bioma muito rico e diverso, e tem o extrativismo como uma das áreas da agroecologia”, ressaltou o integrante da CPT.

## Conjuntura

Após a apresentação das três experiências de Bem Viver, ocorreu um momento de análise de conjuntura a partir dessas exposições, quando participaram Sandro Gallazzi, biblista e assessor da CPT; Bruno Lima Rocha, mestre e doutor em Ciência Política; Verena Glass, jornalista e integrante da Fundação Rosa Luxemburgo; e o economista Nildo Ouriques.

Para Ouriques, o que se viveu no Brasil por muito tempo foi um “Liberalismo de Esquerda”, que, contudo, vê sua ruína com “a destituição da presidente Dilma Rousseff [PT], e houve uma derrota sem luta, pois ela foi uma pessoa que resistiu bravamente na ditadura militar, que mereceu o título de Coração Valente [que ganhou de militantes sociais ao longo do processo de impeachment]. E hoje o que podemos enfrentar, o Ultraliberalismo de Bolsonaro e de Paulo Guedes, surge a partir deste contexto e com um conjunto de fatores. Nós vivemos o colapso de uma

ideia, a de que poderia haver inclusão social no sistema capitalista”, analisou.

**“São nos momentos de escuridão e de dificuldade que Deus se manifesta”** – Sandro Gallazzi

“Espiritualidade profética da ação da CPT na construção do Bem Viver” foi o tema trabalhado no encontro por Sandro Gallazzi, que, ao iniciar sua fala e com a bíblia em suas mãos, disse: “A beleza da bíblia é que é um livro de história”.

É baseado neste livro que Gallazzi tenta explicar o momento sombrio que o povo brasileiro atravessa atualmente: “Todo momento duro é Kairós na bíblia, que é o tempo oportuno e favorável [...] Na ditadura militar, momento de grande repressão no Brasil, nasceram as CEBs [Comunidades Eclesiais de Base] diante de uma Igreja completamente diferente. Isso foi um kairós naquele momento”, complementou.

O critério do Bem Viver, segundo Sandro, está em algo que Jesus falou: “não te angustia com o que tu vais viver, com o que tu vais beber, com o que tu vais vestir. A solução então é: Deus provê? Não! Mas sim com o que Nós vamos comer, com o que Nós vamos beber, com o que Nós vamos vestir. A diferença é o Nós”, explicou.

## CONJUNTURA POLÍTICA 2018

# As eleições e as ameaças ao presidente da CPT

*Dom André de Witte, bispo e presidente da CPT, foi ameaçado de morte, por se posicionar sobre os perigos que a eleição de Bolsonaro representariam para o Brasil e para o povo pobre do campo, em especial. O bispo passou a ser alvo de ameaças por parte de eleitores do candidato, conhecido por espalhar o ódio e fomentar a cultura do medo e do terror. Em evento da ONU, em Genebra, Suíça, ele denunciou o caso e relatou a conjuntura política que estamos vivendo, com a possibilidade de um futuro tenebroso.*

CRISTIANE PASSOS\*

Dom André de Witte, bispo de Ruy Barbosa, na Bahia, e presidente da CPT, divulgou, ainda em setembro, “Carta ao Povo de Deus” sobre o momento eleitoral e o desafio que estava posto às nossas comunidades. No documento, o bispo chamava os fiéis a não votarem favoráveis à chamada “PEC da Morte”, responsável pelo congelamento dos investimentos em políticas públicas; a não votar, também, em candidatos que atacavam deliberadamente os direitos humanos, enquanto defendem o uso indiscriminado de armas de fogo. Na contramão dessa realidade, Dom André chamava o povo de Deus a apoiar candidatos e candidatas que tivessem compromisso com as lutas pelos direitos dos povos, com a inclusão social dos mais vulneráveis, dos pobres e excluídos, e que estivessem preocupados com a defesa da vida humana e da preservação do meio ambiente.

Lembrando as palavras do papa Francisco, “envolver-se na política é uma obrigação para um cristão. Nós, cristãos, não podemos nos fazer de Pilatos e lavar as mãos. Não podemos! Devemos nos envolver na política porque a política é uma das formas mais elevadas da caridade, porque ela procura o bem comum”, o bispo abençoou a todos e todas. Contudo, suas palavras de esperança não foram bem recebidas por alguns.

## Ataques à Igreja católica e a seus organismos marcaram esse pleito eleitoral

O então candidato, agora presidente eleito Jair Bolsonaro, vociferou que tanto a CNBB quanto o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), seriam a “parte podre da Igreja católica”. Circulou, inclusive, nas redes sociais um vídeo onde ele insultava a Conferência Episcopal Brasileira com linguagem vulgar, como é seu costume. Surfando nessa onda de ódio, incentivada pelo então candidato, alguns de seus apoiadores passaram a atacar e mesmo ameaçar de morte o presidente da CPT.

Diante de seu posicionamento e

com a repercussão violenta que ele levantou, a ONG “Franciscans International”, que tem o estatuto de consultora junto à ONU, o convidou para falar sobre a conjuntura política brasileira e o cenário sombrio que estava se formando com esse pleito eleitoral, num evento da ONU, em Genebra, Suíça, no dia 18 de outubro último.

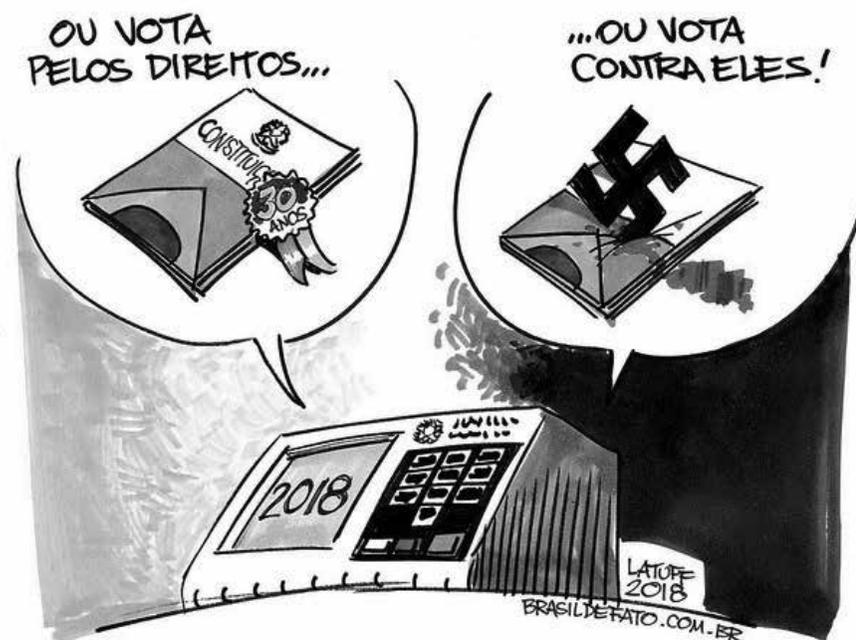
Segundo Dom André, “há muito tempo que o populista Bolsonaro nos insulta, pois ele não suporta nosso compromisso social, nossa vontade de participar na construção de uma sociedade justa e solidária... Nós somos qualificados de ‘comunistas’ quando nós perguntamos porque há tanta pobreza, quando nós buscamos as causas. O papa Francisco sofreu os mesmos ataques... É o caminho do Cristo!”. Para o presidente da CPT, não se trata de atacar uma pessoa, mas de analisar seu projeto político, pois o que está em jogo é, de qualquer maneira, a alternativa entre um “projeto de vida” e um “projeto de morte”. “Bolsonaro tem um discurso racista, prega a discriminação contra as populações negras, contra as mulheres, quer suprimir a demarcação das terras indígenas na Amazônia, pois os povos autóctones são considerados como um obstáculo para o desenvolvimento”.

Além disso, para o bispo, “a atitude de Bolsonaro é perigosa: ele prega a violência armada, afirmando que bandido bom é bandido morto... Ele quer mais repressão e até recompensar os policiais que saem atirando nos delinquentes. Ele quer mais prisões e menos recursos para a educação. Ele quer reforçar a segurança sem analisar os problemas sociais que são, em grande parte, a raiz da ‘insegurança’. Ele incita a violência contra o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, apoiando os grandes proprietários de terra. É um programa perigoso para a sociedade”.

## A coordenação nacional da CPT divulgou Nota sobre a conjuntura política pré-segundo turno das eleições

Frente ao avanço ultraconservador e enquanto o presidente da CPT denunciava a conjuntura política nacional, no evento da ONU em Genebra, a coordenação executiva nacional da CPT divulgou Nota Pública em que manifestava que “Ninguém pode[ria] se furtar a tomar posição. Omitir-se numa situação destas

Ilustração: Latuff



é apoiar o retrocesso e o desmonte de direitos em nosso país. Agora é a hora de resistência à mentira, hipocrisia e barbárie”. No documento, ela reafirmou o compromisso da CPT de mais de quatro décadas de continuar, sempre, “ajudando os povos do campo na luta pelos seus direitos e por vida mais digna”.

A Nota destacou, ainda, que “neste tempo sombrio, a manipulação das consciências atinge um grau inédito por meio da difusão permanente de falsas notícias pelas chamadas “redes sociais”. E essa difusão de mentiras obedece a um único objetivo: desconstruir os avanços sociais conquistados nos últimos anos e colocar no seu lugar retrocessos que agradam às elites nacionais e o mercado. Estas mentiras se escondem atrás de uma hipocrisia sem tamanho. As palavras, ao invés de revelarem a verdade, na realidade a ocultam ou a deturpam. O apoio às elites empresariais, ao capital, é vendido como uma forma de ampliar a geração de empregos e a melhoria do bem-estar social. Os resultados deste tipo de política, os mais pobres os estão sentindo na pele com o alto grau de desemprego e de precarização das condições de trabalho... Mas o que mais nos preocupa é o crescimento acelerado da violência e da barbárie. A mentira e a hipocrisia são o solo fértil para o ódio contra ‘os outros’. A pregação contra o direito de minorias – quilombolas, indígenas, LGTBQs, – a favor da compra de armas por ‘pessoas de bem’, de defesa da ditadura militar e seus torturadores, de propor a condecoração de policiais e militares responsabilizados pelo assassinato de pessoas, da redução da idade penal, de transformar a luta pela terra em atos de terrorismo, e a proposta de ‘botar um ponto final em todos os ativismos no Brasil’, é um discurso claro de desrespeito aos direitos humanos, de desapareço pela democracia. Defender o combate à violência com o uso de violência é um salvo-conduto para o uso de mais violência. Uma espiral ilimitada de violência! O ataque de que o próprio Bolsonaro foi vítima dá pleno valor ao dito popular, que tem raiz em Provérbios 22,8: “Quem semeia vento, colhe tempestade”.

\*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

## ANÁLISE

# “Quando sou fraco, então é que sou forte!”

DIRETORIA E COORDENAÇÃO  
NACIONAL EXECUTIVA DA  
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Esta palavra de Paulo na 2ª Carta aos Coríntios (12,10) dá inspiração e tom para esta leitura da conjuntura atual no país, imenso desafio também para nosso trabalho na Pastoral da Terra.

A extrema-direita foi eleita com Bolsonaro, não conseguimos impedi-la. Agimos tardiamente. Onde foi que erramos? – Pergunta difícil, que muitos à esquerda, sob o hegemonismo do PT, não querem responder, o que já é uma pista de análise... Mais fácil é perceber onde “eles” acertaram... Mas como não responder, se precisamos consertar, urgentemente? Para conceber e encetar uma estratégia de retomada de um projeto popular autêntico para o Brasil conectado com as lutas dos povos em escala global. Um projeto que congregue as forças democráticas e anticapitalistas e faça frente à hegemonia ultraliberal e profascista que desde o impeachment em agosto de 2016 já nos domina, com esteio nos três poderes da República. Um projeto que, nesta resistência, cuidadosa mas firme, sedimento nova ou renovada organização coletiva desde a base, construa uma alternativa de poder dedicada ao bem da maioria do povo, contra a minoria globalizada que se locupleta às custas de nossas riquezas, suor e sangue. Este, nos parece, é o grande desafio da conjuntura no momento e nos próximos tempos.

Com uma campanha sórdida, feita à base de notícias falsas nas redes virtuais chamadas sociais e sem debate, venceram as ideias e estratégias do ultraliberalismo, combinando numa contradição camuflada um discurso antissistema de uma candidatura de avanço do sistema. Para tanto era necessário demonizar o PT e a esquerda como uma fantasiosa ameaça comunista e imoral, para afastá-los do governo e, ao mesmo tempo, queimar os ideais de igualdade, justiça e direitos humanos que eles significariam. Por mais que os governos de conciliação de classes liderados pelo PT (“lulismo”) tenham implementado políticas neoliberais, não implementariam a agenda econômica ultraliberal mais impopular, que Temer, o usurpador, já vinha ensaiando. Para tal, só um Estado



Foto: Joka Madruga

de Exceção, que começou com os desmandos da Operação Lava Jato e suas condenações seletivas e sem provas, garantiu-se com o impeachment e consolidou-se com a eleição do ex-capitão reformado e seu vice general.

## Derrota política e ideológica

Aos 30 anos da Constituição, chamada “cidadã”, finda-se o interregno democrático e voltamos ao ciclo autoritário. Ilusão achar que nossa democracia de oligarcas tinha raízes mais profundas e que a esquerda no governo era avanço real e sistêmico. O que não tínhamos plena consciência é que os militares nunca se recolheram de fato à caserna. A Carta de 1988 teve 28 artigos impostos por eles e os crimes da Ditadura nunca foram de fato investigados nem punidos. E agora os setores revanchistas das Forças Armadas se sobrepõem aos profissionais e já são militares 35% dos ministros anunciados.

O clima de beligerância e insegurança instalado no país e alimentado na campanha eleitoral cria o caldo para o uso da força por um Estado Policial, requerido para conter as reações populares às medidas amargas, como as reformas da Previdência e a privatização de outros serviços, como as universidades públicas. Sem falar da empresa-símbolo do nacional-desenvolvimentismo, a Petrobrás. A guerra ao crime e à corrupção fará cortina de fumaça para o “crime organizado” no governo,

que é o capital rentista soberano no Brasil pelos mecanismos da dívida pública sempre crescente e impagável. A financeirização e mercantilização plena da sociedade e da natureza só será possível numa pós-democracia, como esta que vem com a volta “democrática” dos militares. Super-ministro da Justiça, o “evangélico” Sergio Moro garantirá o respaldo.

O imediato realinhamento do futuro governo ao imperialismo estadunidense é revelador de que a campanha da extrema direita teve colaboração ianque, para afastar o Brasil dos BRICS e franquear o acesso ao Pré-Sal e demais imensas riquezas naturais do país – terra, minérios, água, florestas, biodiversidade etc. Aprofunda-se o neoextrativismo colonialista, genocida e ecocida.

A onda conservadora refletiu-se também nas eleições para o Congresso Nacional, apesar de 2/3 de novos integrantes no Senado e na Câmara e o recorde de 30 partidos representados. Enquanto o PT reduziu sua bancada de 69 para 56 deputados na Câmara, o “novíssimo” PSL, partido do eleito, foi de um para 52. MDB e PSDB foram os partidos que mais perderam cadeiras. Mas apenas 11 deputados federais são oriundos de novos movimentos sociais ou coletivos. Prevê-se o predomínio das pautas reacionárias e ultraliberais e do tomalá-dá-cá condenado na campanha.

“No governo Temer, o agrobandidismo está no poder. No governo Bolsonaro, eles serão o poder”, diz com propriedade Eliane Brum. Trata-se dos ávidos

negociadores do mercado de terras e bens naturais, ativos no mercado de capitais em novo ciclo de especulação pós-crise de 2008. Já emplacaram quatro ministros, entre os quais a da Agricultura, a deputada Teresa Cristina (DEM-MS), conhecida como “musa do veneno” pelo apoio à expansão do uso de agrotóxicos.

## “Ninguém solta a mão de ninguém”

Com este cenário à vista, as lutas sociais tendem a se acirrar no campo e nas cidades, sob mais intensa repressão e criminalização das lideranças. Uma equação difícil de resolver, mas que só terá solução nas lutas concretas, no acúmulo de aprendizagens dos casos, na unidade e solidariedade efetivas, no embate das ruas e em Brasília. O esforço tardio de virar votos às vésperas do 2º turno evidenciou à esquerda sua agenda perdida, há anos redita e não assumida de fato: a retomada do trabalho de base.

Para os povos originários e comunidades tradicionais da terra, das águas e das florestas, o desafio continua sendo bloquear as frentes do avanço do capital financeiro-agrário e fortalecer seus territórios e modos sustentados de vida, faces da mesma estratégia de luta. A história recente atesta que crescem na adversidade. Imprescindível, porém, será o apoio de mais amplos setores da sociedade, em especial, das cidades, que tanto devem aos camponeses.

O VII Encontro do OCMAL (Observatório de Conflitos Minerários na América Latina), acontecido em Casa Branca – MG, 07-08/11/18, por ocasião do terceiro ano do crime impune da Samarco no Rio Doce, concluiu que “ter coragem não é negar o medo. É fazer um uso estratégico desse medo. Precisamos ter frieza para identificar a realidade e pensar nossa atuação combativa dentro do espectro do medo”. Tem a ver com o aforismo do Apóstolo Paulo, aprendido com tantas fraquezas e revezes, que só podia basear-se na crença de que “o nosso Deus ri daqueles que ameaçam os que são dEle” (Cf. Salmo 2,2.4). É também nossa fé e aposta para enfrentar os antigos e novos desafios dos pobres do campo, preferidos de Deus, destinatários da Pastoral da Terra, que não é de hoje encaram as faces terríveis da violência.



O Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) da Bolívia autorizou no final da noite da terça-feira, 4 de dezembro, a candidatura do atual presidente do país, Evo Morales, e do vice, Álvaro García Linera, às eleições primárias que acontecem no dia 27 de janeiro de 2019. Isso, na prática, representa que Evo deve concorrer nas eleições gerais de outubro, já que seu partido, o MAS (Movimento ao Socialismo), somente lançou uma chapa às primárias.

No ano passado, o Tribunal Pleno Constitucional (TCP) do país já havia habilitado Evo a disputar um quarto mandato. A ação, proposta por uma senadora do MAS (Movimento ao Socialismo), partido de Morales, foi julgada procedente e libe-

## TSE da Bolívia libera Evo para disputar primárias das eleições presidenciais de 2019

rou, também, deputados e governadores a tentarem a reeleição.

Em um referendo realizado no fim de fevereiro, o governo propôs uma emenda à Constituição boliviana para permitir a segunda reeleição presidencial no país. A campanha entre o “sim” à emenda, promovida pelo governo, e o “não”, promovida pela oposição com amplo apoio da imprensa, foi acirrada, assim como o resultado final: o “não” venceu com 51,3% dos votos contra 48,7% para o “sim”.

A regra que limita as reeleições foi feita enquanto Morales já ocupava seu primeiro mandato e, como a lei não pode retroagir, a contagem do número máximo de reeleições começou a partir da eleição seguinte, que deu direito ao presidente de exercer seu segundo mandato. Candidato na eleição seguinte, Evo foi reeleito para um terceiro mandato e pedia à Justiça que derrubasse o limite

Foto: Agência Brasil



para que pudesse ter a possibilidade de se candidatar novamente.

### Eleições primárias

O TSE autorizou mais sete chapas, além da de Evo, a concorrerem nas primárias. Assim como o MAS, outros partidos também só apresentaram uma chapa para esta etapa.

Concorrerão em janeiro, além de Evo e Linera, o Partido Ação Nacional Boliviana (PAN-BOL), com Ruth Nina para presidente e Leopoldo Richard Chui, vice; o Movimento do Terceiro Sistema (MTS), com Félix Patzy Paco e Lucila Mendieta Pérez; o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), com Virginio Lema e Fernando Untoja; a Comunidade Cidadã (CC), com Carlos Mesa e Gustavo Pedraza; a Unidade Cívica Solidarietà (UCS), com Víctor Hugo Cárdenas e Erick Peinado; o Bolívia diz Não ao 21F, com Oscar Ortíz e Edwin Rodríguez; além do Partido Democrata Cristão (PDC), com Jaime Paz Zamora y Paola Barriga.

É a primeira vez que o país realiza eleições primárias, nos moldes do que acontece em países como Argentina e Estados Unidos.

(Fonte: Opera Mundi)

## Em Honduras, Justiça condena assassinos de Berta Cáceres

A Justiça de Honduras condenou, na quinta-feira, 29 de novembro, sete de oito pessoas envolvidas no assassinato da militante e liderança indígena popular Berta Cáceres. Sergio Rodríguez, Douglas Bustillo, Mariano Díaz Chávez, Elvin Rápal, Óscar Torres Velásquez, Edilson Duarte e Henry Hernández foram presos preventivamente até janeiro de 2019, quando terão suas penas individualizadas. Já Emerson Duarte foi absolvido por falta de provas.

Entre os condenados, estão representantes da empresa Desarrollos Energéticos (DESA), responsável pelo projeto hidrelétrico Agua Zarca, ao qual a líder e as comunidades indígenas lenca sempre se opuseram. Rodríguez atuou como gerente de assuntos comunitários e ambientais da empresa no período que corresponde ao assassinato da militante, e Douglas Bustillo foi chefe de segurança da companhia entre 2013 e 2015.

O julgamento, finalizado no dia 24 de novembro, ocorreu mais de dois anos e meio depois do assassinato de Cáceres. A sentença é vista pelos movimentos populares e organizações hondurenhas como uma vitória parcial, já que os mandantes do crime não foram responsabilizados.

Em nota, a família da ativista e o Conselho de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (COPINH) afirmaram que “o veredito que acabam de emitir não satisfaz nossas exigências de justiça”. “As estruturas e as pessoas que deram dinheiro para esses criminosos assassinarem Berta Cáceres seguem gozando da liberdade e da possibilidade de continuar cometendo crimes como este de maneira impune.”

Berta Cáceres foi morta no dia 3 de março de 2016, após anos de perseguição e ameaças por causa da militância contra o projeto hidrelétrico Agua Zarca. A indígena pertencia ao COPINH e defendia o território lenca e o rio Gualcarque, considerado sagrado por esse povo indígena.

O projeto hidrelétrico da barragem contava com o financiamento do FMO (o banco de desenvolvimento dos Países Baixos), com 15 milhões de dólares; o FinnFund (fundo finlandês de cooperação industrial), com cinco milhões, e o BCIE (Banco Centro-americano de Integração Econômica) com mais de 24 milhões. Em julho de 2017, o FMO e o FinnFund abandonaram o projeto devido às pressões e denúncias realizadas pelos movimentos populares hondurenhas. À época, o COPINH considerou a retirada das instituições financeiras uma medida insuficiente, denunciando que “não se consideram responsáveis pela morte e violações de direitos humanos que resultaram do projeto”.

Familiares da ativista, organizações e movimentos sociais afirmam que o assassinato da líder comunitária não deve ser encarado como um caso aleatório cometido por pistoleiros. Para eles, o crime foi resultado de anos de vigilância ilegal, infiltração e perseguição da própria militante e de sua organização.

Movimentos e organizações populares de toda a América Latina e do mundo, após sua morte, popularizaram o lema: Berta no murió, se multiplicó (Berta não morreu, multiplicou-se).

(Fonte: Agência Pulsar / Brasil de Fato)

## Chile: Justiça condena 53 ex-agentes pelo assassinato de membros do Partido Comunista em 1976

Foto: Wikicommons

Condenados eram oficiais da Direção de Inteligência Nacional (Dina), órgão de repressão da ditadura de Pinochet criado em 1973 com o objetivo de perseguir, prender e assassinar opositores do regime.

A Justiça do Chile condenou na segunda-feira, 3 de dezembro, 53 ex-agentes da ditadura de Augusto Pinochet por envolvimento na execução de nove membros do Partido Comunista chileno em 1976. De acordo com comunicado emitido pelo Poder Judiciário, a sentença, uma das maiores da história do país envolvendo violação de direitos humanos, foi expedida pelo crime de sequestro qualificado.

Os condenados eram oficiais da Direção de Inteligência Nacional (Dina), órgão de repressão da ditadura de Pinochet criado em 1973 com o objetivo de perseguir, prender e assassinar opositores do regime. As penas recebidas pelos ex-oficiais, decididas pelo juiz especial para casos de violações de direitos humanos, Miguel Vázquez Plaza, vão de 3 a 20 anos de prisão. Entre os condenados está o brigadeiro do Exército Miguel Krassnoff Martchenko que, com essa sentença, soma 700 anos de prisão por violações de direitos humanos durante a ditadura de Pinochet.

As investigações determinaram que todas as vítimas foram detidas para ser interrogadas e torturadas em razão da sua militância política, para que dessem informações sobre as atividades do partido e, especialmente para que iden-



tificassem outros membros na clandestinidade.

Ainda segundo a Justiça, as vítimas foram assassinadas durante a operação “Calle Conferencia” que consistiu no extermínio programado de toda a direção do partido que atuava de forma clandestina. Os assassinatos foram cometidos com um bolsa plástica que era usada para asfixiar as vítimas e muitos dos corpos foram jogados ao mar. Segundo o juiz Vázquez Plaza, essas práticas de tortura e desova de corpos era utilizada de forma sistemática pelos agentes do governo.

As vítimas eram Mario Zamorano Donoso, Onofre Muñoz Poutays, Uldarico Donaire Cortéz, Jaime Donato Avenaño, Elisa Escobar Cepeda, Lenin Díaz Silva, Eliana Espinoza Fernández e Víctor Díaz López, todos do Partido Comunista chileno. De acordo com números oficiais, cerca de 3.200 chilenos foram mortos por agentes do Estado na ditadura de Augusto Pinochet. Cerca de 1.200 ainda constam como desaparecidos.

(Fonte: Opera Mundi)

## PÁGINA BÍBLICA

# Nasce o novo

SANDRO GALLAZZI\*

Nas edições passadas acompanhamos como os primeiros cristãos tiveram que enfrentar conflitos com o sinédrio, com a sinagoga e com a lei. Mas começaram a aparecer também conflitos internos, como no caso da escolha dos sete diáconos. Pedro, que era a liderança em Jerusalém, teve que se afastar de lá e andar com João pela Samaria e Galileia. Outro ponto de conflito se deu quando Pedro batizou o romano Cornélio sem exigir que ele se circuncidasse. Mas uma grande crise se instalou quando Paulo e Barnabé, em Antioquia, onde muitos pagãos aceitavam a pregação, passaram a adotar práticas que significavam o fim da discriminação própria da organização das sinagogas. “É possível colocar a memória e o projeto de Jesus dentro da velha estrutura sinagoga?” A edição anterior concluía: “Nos evangelhos sentiremos reflexos deste conflito: Ninguém coloca vinho novo em odres velhos...” (Mc 2,22). Vamos acompanhar Sandro para entender como se deu a mudança definitiva, como nasceu um novo jeito de os cristãos se organizarem.

## A mudança definitiva

É a Paulo, fariseu e tão praticante da lei que chegou a perseguir os cristãos, que devemos a mudança definitiva. De imediato começa a falar em Jesus e a viver o mistério de Jesus. Não foi fácil para ele, nem para os outros apóstolos entrar em sintonia, porque até ontem ele tinha sido um perseguidor e também porque ele era um “doutor”, pertencente a um grupo social bem diferente.

Eles eram pobres, Paulo era de família rica (para comprar a cidadania romana era necessário ter muito ouro); eles eram do campo, Paulo era da cidade (Tarsos, uma cidade central, um entroncamento comercial muito importante); eles eram quase analfabetos, Paulo um professor formado na escola de Gamaliel. Na carta aos Gálatas, Paulo diz que quando foi a Jerusalém para falar com os apóstolos, eles não conseguiram dizer quase nada de sua mensagem, mas chegaram a separar os campos de ação: Pedro, João e Tiago tra-

balhariam com os judeus, Paulo e Barnabé com os gregos, e selaram o acordo com um aperto de mãos (Gl 2,6-10).

Como estamos longe do abraço e do beijo fraternos, típicos do encontro entre irmãos e prática comum entre os cristãos! E quanta dúvida na exigência que lhe fizeram: “Só nos pediram que nos lembrássemos dos pobres de lá” (Gl, 2,10).

Paulo passou por uma experiência profunda no caminho de Damasco. Os resultados, ele mesmo nos conta na carta aos Filipenses: “Circuncidado aos oito dias de nascido, da raça de Israel, da tribo de Benjamim, hebreu genuíno, filho de hebreus. Segundo a lei, fariseu irrepreensível. Mas tudo isso que para mim era vantagem, considero perda ao lado do fato de ter conhecido a Cristo Jesus, Senhor. Por ele perdi tudo aquilo e considero lixo para ganhar a Cristo” (Fl 3,5-8). O encontro com Jesus foi decisivo.

Crer no crucificado que está vivo foi uma opção autêntica para Paulo: “Na realidade, pela lei morri para a lei, a fim de viver para Deus. Estou pregado à cruz com Cristo. Eu vivo, mas já não sou eu, é Cristo que vive em mim” (Gl 2,9-10).

## Não se pode tornar inútil a Cruz de Cristo

Paulo levou às últimas consequências teológicas e pastorais a fé no crucificado que é o Senhor. Nada pode intermediar a salvação que Cristo nos garantiu com sua morte. Ele é o único mediador. Conclusão: ficaram completamente inúteis o templo, a lei, a raça, a circuncisão. Se para encontrar a salvação, for necessário algo mais que a cruz de Cristo, isto significa que ele morreu em vão. Ele aplica à sua prática esta certeza e batiza dispensando circuncisão, leis, códigos raciais. A confusão é grande. Para nós, seria como ir comungar sem ter recebido o batismo. A circuncisão era o modo de ingressar no povo. A questão chega a Jerusalém. É necessária a reunião oficial dos apóstolos, dos cristãos para resolver a questão (Cf At 15).

A acusação contra Paulo é forte:



Podemos até concordar em não aceitar o sinédrio, a sinagoga, o templo. Mas não aceitar a circuncisão seria romper com a ligação física ao povo judeu, seria romper com este povo. E é tomada uma decisão em Jerusalém. Qual é? A Carta que Tiago, bispo de Jerusalém, envia a Antioquia é uma genuína obra da diplomacia vaticana. A questão era a circuncisão, mas em nenhum momento foi usada esta palavra. Não diz: “Vocês podem deixar de circuncidar-se”, e sim:

“Pareceu-nos bem a nós e ao Espírito não impor-lhes nenhum outro encargo além do necessário. Só lhes peço que se abstenham de comer carne imolada aos ídolos, de sangue e carne sufocada de animais e das relações sexuais ilícitas” (At 15,28-29). Seria uma exceção que se abriu para o caso de Antioquia? Tudo indica que sim. Paulo denunciaria aqueles que o seguem para desfazer o que ele fez, dizendo que ele não é apóstolo, que seu evangelho não é verdadeiro: “Cuidado com os cães, cuidado com os impostores, cuidado

com os mutilados” (Fl 3,2). “Oxalá se castrassem esses que os inquietam” (Gl 5,12). Se nós mesmos ou um anjo descesse do céu para anunciar-lhes um evangelho diferente daquele que anunciamos, fora com ele!” (Gl 1,8).

Para Paulo o grupo de Jesus é agora um grupo diferente, não mais um grupo judeu. Por isso Paulo precisa escrever algo, pois, até aquele momento, tudo o que os cristãos liam era o Antigo Testamento. E não há páginas no Antigo Testamento que justifiquem o abandono da circuncisão. Pelo contrário. Portanto deve ser escrito algo novo para justificar a nova decisão da comunidade. É interessante notar, que não encontrando razões no Antigo Testamento, escreve-se algo diferente para explicar novas situações. Os primeiros escritos de Paulo (as cartas aos Gálatas, aos Coríntios e aos Romanos) todos eles falam do problema da circuncisão.

## EXPERIÊNCIA

# Conflitos no Cerrado piauiense em voga na ONU

*Violações de direitos humanos e conflitos no campo na região sul do Piauí foram expostos às Nações Unidas. Mecanismo recorrente, as denúncias internacionais se tornam uma alternativa necessária quando o governo, no caso do Brasil, não consegue ou não quer resolver e/ou mediar seus conflitos internos.*

ELVIS MARQUES\*

O Massacre do Carandiru (SP – 1992); o assassinato de Marielle Franco (RJ – 2018); o caso de trabalho escravo na Fazenda Brasil Verde (PA – 2000); o crime socioambiental causado pela Samarco, Vale e BHP Billiton com o rompimento da barragem de Fundão (MG e ES – 2015); o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (2016); o Massacre de Eldorado dos Carajás (PA – 1996); o risco de genocídio dos indígenas Guarani Kaiowá (MS – 2018), e etc e etc.

Os casos acima são apenas alguns dos quais o Estado brasileiro foi denunciado a organismos internacionais nos últimos anos. Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA), Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH) e Parlamento Europeu são espaços recorrentes de denúncias de organizações da sociedade civil, movimentos sociais, e organizações não governamentais. Algo que demonstra que as mais diversas instâncias brasileiras não têm sido capazes de resolver (ou não têm interesse) seus problemas internos.

Em outubro, o Conselho de Direitos Humanos da ONU, reunido em Genebra, na Suíça, recebeu membros de organizações brasileiras, como da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, além da FIAN Internacional. O evento analisara a proposta de um tratado vinculante das Nações Unidas afim de regular as atividades de multinacionais e de empresas no âmbito do direito internacional e dos direitos humanos. Um dos objetivos desse tratado é “fazer com que as empresas e seus dirigentes sejam responsáveis (em direito civil, penal, ambiental, administrativo) pelo respeito aos direitos humanos e pela prevenção dos abusos e das violações que derivem direta ou indiretamente de suas atividades, ao longo de toda a sua cadeia de valor [...]”.

Nesse sentido, os conflitos sofridos pelos povos e comunidades tradicionais dos municípios de Bom Jesus, Santa Filomena e Baixa Grande do Ribeiro, ambos no Piauí, têm sido ocasionados, em suma, pelos projetos de monocultivo e por investimentos do capital estrangeiro. São dois elementos que fomentam a prática da grilagem de terras na região do Matopiba – projeto que abrange áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Na ONU, Altamiran Ribeiro,

membro da coordenação da CPT no Piauí, expôs o quanto empresas dos Estados Unidos e da Europa têm impactado as comunidades na região sul do estado: “As atividades financeiras e comerciais na região do Matopiba geraram abusos de nossos direitos humanos, destruição do meio ambiente, contaminação por pesticidas, violência devido à apropriação de terras e a criminalização das comunidades”.

O agente de pastoral reforçou, ainda, a importância do tratado, e apelou às

Nações Unidas que votem o texto tal como está proposto, e pediu, entre outras coisas, para: Incluir explicitamente o direito das vítimas de obter informações sobre todos os atores envolvidos nas cadeias de valor das corporações transnacionais para facilitar o acesso aos processos de justiça; e reconhecer o direito das vítimas de poder processar legalmente todos os atores envolvidos, com base na responsabilidade conjunta e solidária, incluída no Artigo 5 sobre jurisdição.

## Não ao ProSavana

Foto: Campanha não ao ProSavana



Já na cidade de Tóquio, no Japão, Isolete Wichinieski, da coordenação nacional da CPT, Diana Aguiar, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), e Gilberto Afonso Schneider, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), participaram, entre os dias 20 e 22 de novembro, da 4ª Conferência Triangular dos Povos contra o ProSavana. Também acompanharam o evento demais representantes de movimentos camponeses e organizações da sociedade civil de Moçambique e Japão. As três conferências anteriores

ocorreram no país africano.

O ProSavana é um programa de cooperação triangular entre os governos de Brasil, Moçambique e Japão. Um projeto com pretensão de adquirir mais de 14 milhões de hectares de terra junto às autoridades moçambicanas para serem concessionadas a grandes empresas brasileiras e japonesas do agronegócio ao longo do chamado Corredor de Desenvolvimento de Nacala, na região norte do país africano. Com isso, a Campanha Não ao ProSavana surge como parte de um processo amplo de mobilização conjunta de organizações da sociedade civil e movimentos camponeses em defesa dos recursos naturais e contra a agressão, usurpação, mercantilização e privatização da terra e de outros recursos naturais.

Confira abaixo alguns pontos da Declaração Final de Tóquio, que, a princípio, já destaca: “Reiteramos a rejeição ao

ProSavana e ao Matopiba e defendemos a soberania alimentar dos povos”.

- A nossa conferência permitiu-nos igualmente partilhar casos de resistência a este tipo de programas de imposição agrícola e mostramos experiências concretas de agroecologia em Moçambique, Brasil e Japão.
- Que o Governo de Moçambique e do Brasil, junto com organizações camponesas e sociedade civil, desenhe planos nacionais de agricultura camponesa, genuínos e concebidos localmente, com a visão posta na soberania alimentar dos países.
- Que se pare com programas e investimentos que promovem ocupação predatória dos territórios, comprometam a integridade dos povos e violem sistematicamente direitos humanos dos povos.

Ao fim do documento, os camponeses e as camponesas e representantes de organizações da sociedade civil presentes na Conferência declararam que continuarão a se articularem na Campanha Não ao ProSavana e a dar seguimento às ações de resistência, como a prática da agricultura camponesa.

# Cartão de Natal

Foto: Andressa Zumpano



Os Magos, guiados pela estrela, foram à busca do Menino para adorá-lo. Ao chegarem a Jerusalém, a estrela deixou de brilhar. Ela só voltou a brilhar ao deixarem a cidade e eles se alegraram. Em Belém, longe dos palácios, adoraram o Salvador. MT 2, 1-11

Nosso povo, mesmo sem ver a estrela, continua a caminhada pois sabe que **nem em Jerusalém, nem em Brasília, é possível encontrar o Salvador.**

**Esta é a lição do Natal que a COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, CPT, deseja que todos tenhamos aprendido.**

**A CPT deseja um feliz Natal e um ótimo 2019 a todas e todos!**

**Assine ou renove sua assinatura**

Nome: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Exemplares: \_\_\_\_\_

**Assinatura anual:**

- Brasil ..... R\$ 10,00
- Para o exterior ..... US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: [cpt@cptnacional.org.br](mailto:cpt@cptnacional.org.br)

**COMISSÃO PASTORAL DA TERRA**

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.  
 CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

**CORREIOS**  
 Mala Direta  
 Postal Básica  
 9912277124-DR/GO  
 COM. PAST. DA TERRA

**IMPRESSO**

**VIA AÉREA**